



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 5.404, DE 2025**

**(Do Sr. Luiz Fernando Vampiro)**

Tipifica a conduta do indivíduo que contrata outrem para exercer, de forma ilegal, a profissão de médico, dentista ou farmacêutico, desde que saiba ou deva saber dessa condição.

**DESPACHO:**

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA  
(MÉRITO E ART. 54, RICD)

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

(Do Sr. LUIZ FERNANDO VAMPIRO)

Tipifica a conduta do indivíduo que contrata outrem para exercer, de forma ilegal, a profissão de médico, dentista ou farmacêutico, desde que saiba ou deva saber dessa condição.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar a conduta do indivíduo que contrata outrem para exercer, de forma ilegal, a profissão de médico, dentista ou farmacêutico, desde que saiba ou deva saber dessa condição.

Art. 2º O art. 282 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renumerando-se o atual parágrafo único para § 1º:

“Art. 282. ....

.....

§ 1º .....

§ 2º Incorre nas mesmas penas quem contrata outrem para exercer qualquer das profissões descritas no *caput* sem autorização legal ou excedendo-lhe os limites, desde que saiba ou deva saber dessa condição.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

A proposta de acréscimo do § 2º ao art. 282 do Código Penal busca aprimorar esse tipo penal, estendendo a punição não apenas a quem



exerce atividade profissional sem habilitação legal, mas também àquele que, de forma consciente, fomenta ou se beneficia desse exercício irregular.

A medida visa enfrentar um fenômeno que tem se mostrado recorrente e socialmente danoso: a proliferação de clínicas, consultórios e estabelecimentos que empregam falsos profissionais ou permitem a atuação de pessoas que não possuem autorização legal para fazê-lo. Nessas situações, não raramente, a figura do contratante desempenha papel central na viabilização do ilícito, ao promover a inserção do agente irregular no mercado e auferir vantagem econômica com a prestação de serviços potencialmente lesivos à saúde pública.

A proposta se justifica, portanto, pela necessidade de coibir condutas de intermediação e cumplicidade que, embora não se enquadrem formalmente na tipificação vigente, produzem os mesmos efeitos perniciosos à coletividade.

Trata-se de uma medida que reforça a tutela penal da saúde pública e da confiança social nas profissões regulamentadas, ao mesmo tempo em que promove isonomia na aplicação da lei penal. Na prática, não há razão para punir apenas o falso médico, dentista ou farmacêutico, e deixar impune aquele que, por descuido ou interesse econômico, cria as condições materiais para o exercício irregular dessas atividades. A correção dessa lacuna, portanto, representa uma evolução necessária do sistema penal diante das novas formas de organização dos serviços de saúde.

Em razão do exposto, contamos com a colaboração dos nobres pares para a aprovação desta proposição.

Sala das Sessões, em        de        de 2025.

Deputado LUIZ FERNANDO VAMPIRO





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI  
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

<b>DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940</b>	<a href="https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto.lei:194012-07:2848">https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto.lei:194012-07:2848</a>
---	---

**FIM DO DOCUMENTO**